



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Aos 29 dias do mês de novembro de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*09:00 Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, para prestar esclarecimentos sobre o surto de legionella no Hospital S. Francisco Xavier;*

*10:00 Audição da Diretora-Geral de Saúde e do Conselho Diretivo do Instituto Nacional Ricardo Jorge, para prestarem esclarecimentos sobre o surto de legionella no Hospital S. Francisco Xavier, bem como sobre a ocorrência de mais casos noutros locais do País;*

*11:00 Audição do Ministro da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre o surto de legionella no Hospital S. Francisco Xavier, bem como sobre a ocorrência de mais casos noutros locais do País;*

*12:00 - Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando audição dos coordenadores demissionários do DICAD, dos CRI, da Unidade de Desabituação, da Unidade de Alcoologia e da Comunidade Terapêutica da Região Norte, bem como do «Grupo de Aveiro», sobre os problemas inerentes à atual estrutura orgânica de prevenção, tratamento e redução de riscos associados a dependências;*

*- Discussão e votação do requerimento do PCP, solicitando audição do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, assim como o Diretor do SICAD, sobre a demissão do Coordenador da DICAD e dos CRI da região Norte;*

*- Discussão e votação do requerimento do PS, solicitando audição, do Professor Jorge Simões, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, no sentido de prestar esclarecimentos sobre a recente divulgação do «Relatório Sobre a Saúde em Portugal - O que se sabe em 2017»;*

*- Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando que a Comissão delibere ouvir o Conselho Nacional de Saúde, a propósito do estudo «Fluxos Financeiros no SNS»;*

*- Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando audição urgente do Senhor Ministro da Saúde, com vista a permitir que este membro do Governo possa explicar cabalmente, à Assembleia da República, os fundamentos da*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

*decisão governamental de transferir o INFARMED de Lisboa para a cidade do Porto; requer ainda que o Governo envie a esta Comissão todos os documentos oficiais que tenham eventualmente sustentado a referida decisão e, designadamente, que evidenciem que a mesma foi tomada em data anterior à candidatura do Porto ao acolhimento da sede da Agência Europeia de Medicamentos (EMA).*

09:00 Audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, para prestar esclarecimentos sobre o surto de *legionella* no Hospital S. Francisco Xavier

O Presidente iniciou a reunião informando que integram agora a Comissão de Saúde os Deputados Catarina Marcelino e João Torres, ambos do PS, e ainda que o Coordenador do Grupo Parlamentar do PS, na Comissão, passa a ser o Deputado António Sales. A Deputada Isabel Galriça Neto usou da palavra para manifestar a sua preocupação pelo novo adiamento da data de realização do Simpósio sobre oncologia, recordando que faz parte do Plano de Atividades desta 3.<sup>a</sup> sessão legislativa.

De seguida, o Presidente saudou a Presidente do CA, Rita Perez, bem como os restantes membros da delegação, José Manuel Correia e Carlos Galamba, dando conta de que irão ter lugar três audições sobre a questão da *legionella*, que se irão iniciar pela do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO), explicando qual a grelha de tempos.

Usaram da palavra, para comentários e formulação de perguntas: o Deputado Miguel Santos, que referiu ter o Ministro da Saúde afirmado, quatro dias depois do conhecimento do surto, ter este sido causado por falha técnica, comprometendo-se a que houvesse um relatório conclusivo no prazo de 15 dias, o que não aconteceu, pois o que foi disponibilizado aos Deputados foi um relatório de progresso, e colocou questões sobre as causas da tragédia da *legionella*, as garantias sobre as condições de segurança no acesso dos doentes ao Hospital e a forma como se faz a gestão, controlo e manutenção dos equipamentos, designadamente as torres de refrigeração e as cisternas; a Deputada Marisabel Moutela, que disse que o que se pretende saber é se houve alguma falha que seja necessário colmatar, sendo certo que sempre existirão imponderáveis, pedindo esclarecimentos sobre a contratação e subcontratação de serviços para fazer a manutenção dos equipamentos que estão em



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

causa, sobre quando houve intervenção desses serviços nas torres de arrefecimento, se existem falhas ou carência de recursos financeiros que possam pôr em causa essa manutenção e se pode existir infeção com *legionella* sem que ocorram manifestações clínicas graves; o Deputado Moisés Ferreira, que, depois de um breve enquadramento cronológico dos acontecimentos, perguntou o que potenciou a exposição à *legionella*, quais são as responsabilidades do Hospital, relativamente à análise nos pontos críticos, se, tendo havido uma torre desativada durante um longo período de tempo, que foi ativada pouco antes do conhecimento do surto, esse facto poderia ser uma causa provável do surto e quem era responsável pela manutenção; a Deputada Isabel Galriça Neto, que afirmou ter por objetivo a clarificação desta questão para que todos possam perceber o que se passou, perguntando o que foi inspecionado, a quem compete fazer a manutenção e quem é responsável por ela, qual é a falha técnica de que se tem vindo a falar, se o CA pode garantir não existirem pagamentos em atraso ou outros que possam comprometer as inspeções e, tendo sido feitas análises poucos dias antes do surto, como se justifica nada ter sido detetado; a Deputada Carla Cruz, que entende que a Comissão de Saúde deve ter um papel na busca de esclarecimentos sobre esta questão, perguntando se o Hospital tinha um plano de controlo e vigilância da *legionella*, qual a regularidade das análises, quem são os responsáveis pela manutenção das torres, qual a responsabilidade do Hospital na contratação de serviços para esse efeito, quantos trabalhadores e que verbas estão afetos à manutenção e qual a intervenção da medicina do trabalho e quando foi feita a última desinfeção às torres.

A Presidente do Conselho de Administração do CHLO agradeceu a oportunidade para prestar esclarecimentos, dizendo lamentar muito o que ocorreu, explicando como pode surgir a *legionella*, quais as várias estirpes e possíveis consequências, quando se manifesta e em que situações pode ser mais grave. Falou do protocolo na urgência do hospital para tratamento da pneumonia, sendo que o primeiro doente com *legionella* tinha pneumonia muito grave, e dos demais procedimentos e articulação estreita com a Direção Geral de Saúde, o INSA e as ARS. Esclareceu alguns pontos quanto ao sistema de cogeração, que inclui as torres de refrigeração, e afirmou que a estirpe encontrada nos doentes e nas torres é a mesma.

O Dr. Carlos Galamba deu ainda esclarecimentos adicionais sobre os contratos de manutenção com empresas especializadas, havendo uma equipa de 25 pessoas do



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.ª SL

Hospital a fazer um acompanhamento deste trabalho. Falou dos cadernos de encargos, dos manuais exaustivos de procedimentos que vigoram, garantindo não existirem problemas de financiamento ou pagamentos em atraso. Explicou a metodologia das análises e a seleção de pontos críticos, dizendo não haver ainda respostas concretas que permitam saber exatamente o que se passou, estando em curso análises, a serem feitas no LNEC.

Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Miguel Santos, Marisabel Moutela, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, que foram prestados pela Presidente do Conselho de Administração do CHLO e pelo Dr. Carlos Galamba, tendo o Presidente da Comissão agradecido todas as informações prestadas.

O áudio/vídeo da audição pode ser acedido neste [link](#).

#### 10:00 Audição da Diretora-Geral de Saúde e do Conselho Diretivo do Instituto Nacional Ricardo Jorge, para prestarem esclarecimentos sobre o surto de *legionella* no Hospital S. Francisco Xavier, bem como sobre a ocorrência de mais casos noutros locais do País

Realizou-se em seguida a audição da Direção Geral de Saúde (DGS), em conjunto com o Instituto Nacional Ricardo Jorge (INSA), para prestarem esclarecimentos sobre o surto de *legionella* no Hospital S. Francisco Xavier, bem como sobre a ocorrência de mais casos noutros locais do país. Pela DGS esteve presente a Diretora Geral, Graça Freitas, e, pelo INSA, o Presidente do Conselho Diretivo, Fernando de Almeida.

O Presidente deu a palavra aos Deputados, para colocarem as suas questões.

O Deputado Miguel Santos disse tardarem as respostas que o Ministro assegurou que seriam dadas em 15 dias, com um relatório detalhado para conhecimento público, sendo que o que existe é um relatório de progresso, não publicitado. Perguntou quais as causas do que aconteceu, quem são os responsáveis, se há condições de segurança para os utentes acederem ao Hospital, e a todo o SNS, qual a falha técnica que ocorreu e que balanço fazem desta situação.

O Deputado João Marques disse reconhecer o trabalho da DGS e do INSA, referindo que a bactéria da *legionella* vive no meio ambiente e que se sabem quais os fatores ambientais, climatéricos e outros que contribuíram para o surto. Pediu um enquadramento para a ocorrência do surto, perguntou se a DGS após a notificação



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

tomou todas as medidas necessárias, se poderá ter havido falha protocolar na reação e se é possível garantir que o surto está controlado.

O Deputado Moisés Ferreira perguntou se há a certeza que a bactéria da *legionella* encontrada nas torres é a mesma que foi encontrada nos doentes, porque é que a 16 de novembro não foi detetada a bactéria nas análises feitas, se a torre que esteve desativada meses, e que foi reativada pouco antes do surto, poderia ser a causa, se as empresas concessionárias têm cumprido todos os requisitos e se nas inspeções ao local foi encontrado equipamento degradado.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse considerar que não está tudo bem, mas congratula-se com os esforços feitos, perguntando se o Estado pode assegurar que no SNS não existirão novamente falhas de segurança com esta magnitude, se é possível concluir qual a causa do surto, se pode ser assegurado não existirem problemas noutros locais (pontos de água e refrigeração), que entidades deverão assumir a responsabilidade e se não faria sentido existir um plano de controlo da *legionella*.

A Deputada Carla Cruz perguntou se pode afirmar-se que a causa das infeções foram as torres, se existem registos de inspeções e limpeza nas torres, qual o acompanhamento que está a ser feito pelas autoridades de saúde pública, porque não foram atualizadas as normas de 1994 e de que recursos humanos dispõe a DGS para fazer a fiscalização.

A Diretora Geral da Saúde descreveu a cronologia dos acontecimentos, explicando que se iniciaram logo duas linhas de investigação, uma referente aos casos de doentes infetados e outra sobre as causas ambientais. Há no Hospital S. Francisco Xavier uma torre e dois condensadores e foram seleccionados 11 pontos críticos para fazer as análises. Foram encerradas a torre e os condensadores e feito um choque térmico e químico na rede de água quente e fria, sendo que todas as pessoas infetadas foram contaminadas antes de isto ser feito. Considera que, na essência, se fez o que era possível fazer, havendo sempre possibilidade de melhorar. Abordou ainda a questão da avaliação de risco e de como foi efetuada, de como se alterou a situação relativamente à publicidade do relatório, que havia sido anunciada pelo Ministro, com a intervenção do Ministério Público no dia 7, sendo que os relatórios são preliminares porque há colheitas e análises feitas sucessivamente, em datas diferentes, algumas ainda em curso. Assim caberá ao Ministério Público, a quem foi entregue o relatório, apurar as responsabilidades e determinar onde houve falhas.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

Quanto ao plano de contingência, existe um feito para a gripe que foi adaptado e funcionou, tendo havido estreita cooperação entre as autoridades e o hospital.

O Presidente do INSA reiterou a estreita cooperação que sempre existiu entre o INSA e a DGS, dando explicações sobre o processo de análise das amostras e sobre quando se pode considerar estar completo o exame cultural da bactéria da *legionella*.

Usaram da palavra na 2.<sup>a</sup> ronda, para comentar ou pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Miguel Santos, João Marques, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, tendo respondido a Diretora Geral da Saúde.

O Presidente da Comissão agradeceu a presença, disponibilidade e as informações prestadas pela DGS e INSA.

O áudio/vídeo da audição pode ser acedido neste [link](#).

11:00 Audição do Ministro da Saúde, para prestar esclarecimentos sobre o surto de *legionella* no Hospital S. Francisco Xavier, bem como sobre a ocorrência de mais casos noutros locais do País

A Deputada Carla Cruz apresentou o [requerimento do PCP](#), que solicita a audição do Ministro da Saúde sobre o surto de *legionella* no Hospital S. Francisco Xavier, que incidirá também sobre a ocorrência de mais casos noutros locais do país.

Usaram da palavra, para comentar e colocar questões, o Deputado Miguel Santos, que referiu que se trata nesta audição de responsabilidade política, sendo que nas outras estava em causa a responsabilidade técnica, citou as declarações feitas pelo Ministro sobre a causa do surto ser uma falha técnica e ainda que o relatório iria ser público, considerando que a realidade veio a contrariá-lo, pediu explicações sobre as causas do que ocorreu, qual o balanço final sobre esta questão, se houve avaliação a nível nacional e que condições de segurança existem neste momento; o Deputado António Sales, que entendeu poder concluir-se que os procedimentos, no decorrer deste surto, foram executados de acordo com as normas e as melhores práticas e que o sistema está preparado para lidar com situações deste tipo, sendo que onexo causal que tentaram estabelecer entre o surto e o desinvestimento não tem condições para avançar, perguntando o que pensa sobre a articulação entre as várias entidades e se acha que a malha legislativa deve ou não ser apertada; o Deputado Moisés Ferreira, que referiu que nas visitas ao local feitas pela DGS e técnicos foram verificadas deficiências no estado de conservação dos equipamentos que propiciavam



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.ª SL

a propagação da bactéria, perguntando se esta pode ser considerada a falha técnica e que medidas serão tomadas sobre as empresas se se vier a verificar que são responsáveis; a Deputada Isabel Galriça Neto, que frisou que o surto emerge de uma falha num serviço do Estado, perguntando que falha ocorreu, se o relatório enviado aos Deputados é o mesmo que foi entregue ao Ministério Público, e o que falta para que se possam retirar conclusões, que financiamento é necessário e que compromisso pode assumir ao nível das inspeções e manutenção de equipamentos;

O Ministro da Saúde, que se fez acompanhar pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, disse que o Governo reitera a sua confiança no sistema de saúde pública, que foi acionado perante este evento é que funcionou, havendo articulação entre as várias entidades. Considera que o investimento na prevenção primária poderá fazer com que o risco seja minimizado e que existe um programa de intervenção operacional que permite a tomada de medidas preventivas. Sobre a falha técnica, baseia-se no *match* entre a bactéria encontrada na torre e nos doentes. Quanto ao relatório de progresso, que não permite retirar conclusões porque não há ainda um conhecimento total, foi disponibilizado à Comissão, mas não tornado público, em virtude da intervenção do Ministério Público, que decidiu abrir um inquérito a partir da ocorrência da primeira morte. Foi também ativada a IGAS. As empresas do serviço de manutenção dos equipamentos são reputadas, competentes e estão certificadas, mas, se forem apuradas responsabilidades pelas autoridades judiciais, serão tomadas medidas, seja a que nível for.

Na 2.ª ronda fizeram intervenções, comentando e pedindo esclarecimentos adicionais, os Deputados Miguel Santos, António Sales, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde respondeu.

O áudio/vídeo da audição pode ser acedido neste [link](#).

12:00 Discussão e votação do requerimento do BE, solicitando audição dos coordenadores demissionários do DICAD, dos CRI, da Unidade de Desabitação, da Unidade de Alcoologia e da Comunidade Terapêutica da Região Norte, bem como do «Grupo de Aveiro», sobre os problemas inerentes à atual estrutura orgânica de prevenção, tratamento e redução de riscos associados a dependências» e do requerimento do PCP, solicitando audição do Secretário de Estado Adjunto e da



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

#### Saúde, assim como o Diretor do SICAD, sobre a demissão do Coordenador da DICAD e dos CRI da região Norte

Os Deputados Moisés Ferreira, e depois a Deputada Carla Cruz, apresentaram os respetivos requerimentos, em que solicitam as audições de um conjunto de entidades, entre as quais a do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, a propósito dos coordenadores demissionários de várias unidades neste setor, para que sejam obtidos esclarecimentos sobre os problemas inerentes à atual estrutura de prevenção, tratamento e redução de riscos associados a dependências.

O Deputado Miguel Santos disse ter todo o interesse em fazer este debate, considerando que o PS, o BE e o PCP criticam mas não fazem nada, sendo que teriam capacidade para fazer as alterações.

A Deputada Elza Pais disse que o PS continua a ser crítico desta situação, considerando que este é um bom momento para ouvir o SICAD e todas as outras entidades, sobre esta questão.

A Deputada Isabel Galriça Neto referiu acompanhar a preocupação com esta temática, recordando todavia que há que ter em atenção o número de audições que a Comissão vem aprovando.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

- Discussão e votação do requerimento do PS, solicitando a audição do Professor Jorge Simões, Presidente do Conselho Nacional de Saúde, no sentido de prestar esclarecimentos sobre a recente divulgação do «Relatório Sobre a Saúde em Portugal - O que se sabe em 2017» e do requerimento do PSD, solicitando que a Comissão delibere ouvir o Conselho Nacional de Saúde, a propósito do estudo «Fluxos Financeiros no SNS»

O Deputado António Sales apresentou o requerimento do PS, que solicita a audição do Presidente do Conselho Nacional de Saúde sobre o «Relatório sobre a Saúde em Portugal – o que se sabe em 2017», que «clarifica de forma sistemática a informação em saúde», considerando que seria relevante um «cabal esclarecimento das conclusões nele contidas».

O Deputado Miguel Santos apresentou o requerimento que solicita igualmente a audição do Presidente do Conselho Nacional de Saúde, sobre o estudo «Fluxos financeiros no SNS», uma vez que «procede à caracterização do movimento desses





ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

*fluxos ... identificando as suas principais fontes de financiamento de despesa e descrevendo a distribuição dos recursos disponíveis», o que é relevante para a reflexão política.*

A Deputada Carla Cruz anunciou que viabilizará os dois requerimentos.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

- Discussão e votação do requerimento do PSD, solicitando audição urgente do Senhor Ministro da Saúde, com vista a permitir que este membro do Governo possa explicar cabalmente, à Assembleia da República, os fundamentos da decisão governamental de transferir o INFARMED de Lisboa para a cidade do Porto; requer ainda que o Governo envie a esta Comissão todos os documentos oficiais que tenham eventualmente sustentado a referida decisão e, designadamente, que evidenciem que a mesma foi tomada em data anterior à candidatura do Porto ao acolhimento da sede da Agência Europeia de Medicamentos (EMA).

O Deputado Miguel Santos apresentou o requerimento que solicita a audição do Ministro da Saúde a propósito das declarações contraditórias sobre a transferência do INFARMED para o Porto. Disse ter sido agradavelmente surpreendido com este anúncio, mas que há muita matéria para explicar. Depois de ter reunido com o Conselho Diretivo do INFARMED e com a comissão de trabalhadores, aumentou o seu nível de preocupação, sendo necessário obter esclarecimentos sobre esta questão.

A Deputada Maria Antónia Almeida Santos congratulou-se com o facto de o PSD estar disponível para trabalhar no sentido de acabar com o centralismo que impera, considerando que a vinda do Ministro poderá tranquilizar os trabalhadores do INFARMED e que a deslocalização nunca se fará nem contra, nem sem eles. O PS, ao contrário do que aconteceu na legislatura passada, não inviabilizará a vinda do Ministro.

O Deputado Moisés Ferreira anunciou que irá votar a favor, pois o anúncio foi feito avulso e carece de fundamentação, sendo necessário conhecer as razões e discutir as implicações desta transferência.

A Deputada Isabel Galriça Neto disse pensar que as decisões têm de ser fundamentadas, o que não aconteceu neste caso. Não se sabe qual a estratégia, por isso há muito a esclarecer.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.<sup>a</sup> SL

A Deputada Carla Cruz anunciou que irá viabilizar o requerimento, pois a Comissão não pode ficar sem saber as razões que estão na base desta decisão, e é fundamental que os direitos dos trabalhadores sejam garantidos.

O requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A reunião foi encerrada às 14:25 horas, dela se lavrando a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 novembro 2017.

**O PRESIDENTE**



**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE SAÚDE**

**ATA NÚMERO 91/XIII/ 3.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
João Marques  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Teresa Caeiro  
Elza Pais  
Francisco Rocha  
Maria Manuela Tender  
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino  
Jorge Falcão Simões  
Luís Vales  
Ricardo Baptista Leite

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o seguinte Senhor Deputado:

José Luís Ferreira

